Evolução do emprego formal durante a crise sanitária

André Gal Mountian¹, Agnaldo Valentin²

Introdução

Este artigo prossegue a análise de conjuntura dos efeitos da crise sanitária sobre indicadores de mercado de trabalho. Nas edições de junho e julho do Boletim de Políticas Públicas exploramos os dados de mercado de trabalho e de saúde com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), denominada de PNAD COVID19, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Desta vez utilizamos os dados Novo CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados)³ para compreender a evolução do trabalho formal ao longo da crise sanitária. Este acompanhamento é importante para a compreensão da natureza dos efeitos da crise sanitária sobre o mercado de trabalho, que é potencialmente distinta dos efeitos de uma crise financeira, exigindo a formulação e implementação de políticas públicas adequadas para o contexto.

Docente do curso de Gestão de Políticas Públicas (EACH/USP), pesquisador do Núcleo de Estudos em Economia e Políticas Públicas (NEEPP) e do Observatório Interdisciplinar de Políticas Públicas (OIPP).

² Docente do curso de Gestão de Políticas Públicas (EACH/USP), pesquisador do Núcleo de Estudos em Economia e Políticas Públicas (NEEPP) e do Observatório Interdisciplinar de Políticas Públicas (OIPP).

³ Desde janeiro de 2020, o CAGED vem sendo substituído pelo Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial) para parte das empresas. O Novo Caged é composto por informações captadas dos sistemas eSocial, Caged e Empregador Web. Ver detalhes em http://pdet.mte.gov.br/images/Novo_CAGED/Nota%20t%C3%A9cnica%20substitui%C3%A7%C3%A3o%20CAGED_26_05.pdf.

Estatísticas de emprego formal no Brasil

Em janeiro de 2020 o número de trabalhadores formais no Brasil era cerca de 38,8 milhões de pessoas, de acordo com os dados no Novo CAGED. Este patamar de emprego formal não se distribui de forma homogênea entre os setores da economia, como mostrado na tabela 1. Do total de empregos formais, 47% estava ocupada no setor de serviços e 24% no comércio, totalizando 71% dos trabalhadores com carteira de trabalho assinada no país. A indústria era responsável por 19% do emprego formal, enquanto construção e agropecuária ocupavam 6% e 4% dos trabalhadores com carteira assinada, respectivamente.

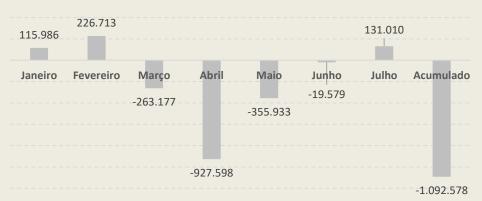
Tabela 1. Número de trabalhadores formais segundo setores da economia, janeiro de 2020

·	Trabalhadores formais	%
Total	38.809.623	100%
Agropecuária	1.487.079	4%
Indústria	7.509.757	19%
Construção	2.166.925	6%
Comércio	9.317.359	24%
Serviços	18.328.503	47%

Fonte: Novo Caged (2020)

A necessidade de distanciamento social, derivada da crise sanitária, teve uma serie de efeitos sobre o mercado de trabalho. De acordo com os dados da PNAD COVID, a taxa de desocupação subiu de 10,7% para 13,1% da força de trabalho, entre maio e julho de 2020, totalizando 12,3 milhões de desempregados (IBGE, 2020). Agregando ao contingente desocupado aqueles que não procuraram trabalho, mas gostariam de trabalhar, houve aumentou de 30,1% para 33,2% no mesmo período.

Gráfico 1. Evolução do trabalho formal no Brasil com ajustes - janeiro a julho de 2020



Fonte: Novo Caged (2020)

Do ponto de vista do emprego formal, o gráfico 1 acima apresenta a evolução do trabalho celetista entre janeiro e julho de 2020, e mostra o saldo entre admissões e demissões em cada mês do ano. O acumulado do ano indica que houve perda de mais de 1 milhão de empregos com carteira assinada, com distribuição irregular ao longo dos meses. Percebe-se que a partir de março, quando a crise sanitária se impõe, o número de demissões supera o de admissões, quando a economia perdeu 263.177 empregos formais. No mês de abril, que é período de maior perda de empregos até o momento, houve redução de cerca de 928 mil empregos celetistas. No mês de maio também ocorreu importante redução de 355.933 empregos formais, seguida de queda de 19.579 em junho e recuperação de 131.010 empregos com carteira de trabalho no mês de julho.

Gráfico 2. Acumulado da evolução do trabalho formal no Brasil com ajustes, segundo setores da economia - janeiro a julho de 2020



Fonte: Novo Caged (2020)

É importante destacar quais setores da economia foram mais afetados pela crise sanitária. O gráfico 2 mostra as maiores perdas com carteira assinada em Serviços e Comércio, totalizando quase 990 mil vagas. Outro setor que perdeu empregos formais foi a Indústria, com redução de 197.543 vagas. De outro lado, Construção e Agricultura mostraram resultados crescentes, com destaque para a Agricultura que teve um saldo positivo de 86 mil vagas de empregos formais. Esses dados chamam a atenção para a natureza de uma crise sanitária, que pode ser distinta de uma crise financeira, mesmo aquelas de grandes proporções como a de 2008. Em um contexto de pandemia e do necessário isolamento social, os setores mais afetados são justamente as atividades de comércio e serviços, mais intrinsecamente vinculados à proximidade entre trabalhadores e consumidores do que outros setores de atividade. Crises financeiras convencionais se originam na esfera financeira e atingem a economia via depressão da demanda agregada, especialmente pela retração do investimento privado. Uma crise sanitária destas proporções potencialmente tem um efeito mais intenso e extenso sobre o conjunto da economia, envolvendo a demanda privada (consumo e investimento) e a oferta de bens e serviços, justamente pela imposição do distanciamento social.

Tabela 2. Trabalho formal no Brasil com ajustes, segundo composição do setor de serviços - janeiro a julho de 2020

	Empregos	Empregos	Variação
	formais	formais	ano
	(mar-jul)	(ano)	(%)
Serviços (total)	-734.885	-536.492	-2,9
Transporte, armazenagem e correio	-100.644	-92.941	-3,9
Alojamento e alimentação	-348.971	-329.713	-16,6
Informação, comunicação e atividades			
financeiras, imobiliárias, profissionais	-187.692	-123.652	-1,6
e administrativas			
Administração Pública, Defesa e	2.777	13.623	1,7
Seguridade Social	2.777		
Educação	-71.125	-7.865	-0,4
Saúde Humana e Serviços Sociais	40.907	57.074	2,4
Serviços domésticos	-46	-36	-1,0
Artes, Cultura, Esporte e Recreação	-33.622	-29.219	-11,0
Outras Atividades de Serviços	-36.432	-23.778	-2,2
Organismos Internacionais e Outras	-37	15	0,5
Instituições Extraterritoriais	-37	13	

Fonte: Novo Caged (2020)

A tabela 2 acima mostra a variação da composição do setor de Serviços entre os meses de março e julho de 2020 e seu acumulado no ano. Como este setor representa quase 50% do emprego formal no país é importante analisá-lo separadamente. Entre os meses de janeiro e julho o setor de Serviços perdeu quase 3% do seu nível de emprego, totalizando 536.492 empregos formais. Considerando exclusivamente o período de início da pandemia, o setor teve perda de 734.885 trabalhadores formais. Do ponto de vista da sua composição, o subsetor que mais contribuiu para este efeito foi Alojamento e Alimentação, com subtração de

329.713 vagas celetistas no ano, que corresponde a variação negativa de 16,6%. Este subsetor envolve atividades de hotelaria e restaurantes, que em muitos casos foram quase integralmente paralisadas pela pandemia. Ainda relevante do ponto de vista do volume de emprego, o subsetor Informação, Comunicação e Atividades Financeiras, Imobiliárias, Profissionais e Administrativas também sofreu bastante, com queda anual de 123.652 empregos celetistas (que corresponde a redução de quase 4% no acumulado do ano).

Da perspectiva da variação no ano chama a atenção o desempenho do subsetor de Artes, Cultura, Esporte e Recreação, que perdeu 11% do seu volume de emprego formal. Outro subsetor com desempenho preocupante é Educação, com redução de 7.865 no acumulado do ano e 71.125 entre março e julho de 2020. Trabalhadores destes subsetores estão especialmente vulneráveis neste contexto de pandemia e merecem atenção especial da perspectiva das políticas públicas. Por último, vale destacar o subsetor de Administração Pública, Defesa e Seguridade Social e do subsetor de Saúde Humana e Serviços Sociais que tiveram saldos positivos no ano e no período pandêmico, e desempenham atividades essenciais no contexto de crise sanitária.

Encerrando esta análise, apresentamos na tabela 3 uma aproximação do impacto sobre o trabalho formal decorrente da emergência sanitária nas diferentes regiões brasileiras.

Tabela 3. Trabalho formal no Brasil com ajustes, segundo regiões brasileiras - janeiro a julho de 2020

	Empregos formais	Empregos formais	Variação ano
	(mar-jul)	(ano)	(%)
Brasil	-1.435.277	-2.020.176	-5,2
Norte	-28.524	-45.483	-2,6
Nordeste	-241.389	-383.026	-6,0
Sudeste	-818.590	-1.154.275	-5,7
Sul	-312.500	-393.810	-5,4
Centro-Oeste	-64.427	-74.882	-2,3

Fonte: Novo Caged (2020)

A perda de postos de trabalho, que no território nacional atingiu 5,2%, apresenta dois padrões, permitindo agrupar as regiões Norte e Centro-Oeste com valores menores e as demais regiões com taxas mais elevadas, com destaque para as regiões Nordeste e Sudeste. Em alguns estados os resultados são alarmantes, como Alagoas (-10,0%), Rio de Janeiro (-8,7%), Pernambuco (-7,3%) e Sergipe (-7,2%). Como tendência, prevalece o maior impacto em estados ou regiões com maior dependência do setor de serviços, principalmente na área de Alojamento e Alimentação. Já os estados tradicionalmente associados ao setor agrícola tiveram oscilações menos expressivas, como Mato Grosso do Sul (-1,2%), Mato Grosso (-0,6%) e Goiás (-1,8%), cabendo ao Acre o único registro positivo (1,4%).

Ainda considerando a regionalidade, os estados do Sudeste acumularam 57,1% dos postos de trabalho perdidos, seguido pelas unidades do Sul (19,5%) e Nordeste (19,0%). Se comparado com o estoque no início de 2020, nota-se um efeito mais intenso na redução no Sudeste (52,0% no começo de janeiro) e Nordeste (16,4%). Trata-se, portanto, de outro indicador a evidenciar a possibilidade de focalização das políticas emergenciais dentro do quadro peculiar da crise sanitária.

Referências Bibliográficas

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD COVID19, disponível em

, acesso em 29 de agosto de 2020.

Novo CAGED. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. Disponível em < http://pdet.mte.gov.br/novo-caged>, acesso em 29 de agosto de 2020